

MEMÓRIAS NEGRAS EM LUTA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA MULTIRREFERENCIADA ACERCA DOS DESDOBRAMENTOS COMUNITÁRIOS DO NÚCLEO AKOFENA

BLACK MEMORIES IN FIGHT: A MULTI-REFERENCED HISTORICAL ANALYSIS OF THE COMMUNITY DEVELOPMENTS OF THE AKOFENA CENTER

Fred Aganju Santiago Ferreira 1

Resumo: O presente artigo tem por finalidade delinear um itinerário histórico acerca de aspectos organizativos da política racial protagonizada pelo Núcleo de Negras/os estudantes da UFRB, conhecido como Núcleo Akofena. Desse modo, permeamos entre o ano de 2009, quando o coletivo foi fundado, até os anos posteriores a 2014, quando a política racial desenvolvida pelo coletivo nas comunidades negras de Cachoeira-BA toma um desdobramento organizativo estritamente comunitário. Necessariamente, com a fundação do Cine Comunitário do Povo e suas posteriores ramificações organizativas, notadamente, o Centro Comunitário de Audiovisual Luiz Orlando (2017).

Palavras-chave: Núcleo Akofena. Movimento Negro Estudantil. Cachoeira-BA. Movimentos Comunitários. Trabalho comunitário organizativo. Cine do Povo.

Abstract: The purpose of this article is to outline a historical itinerary about the organizational aspects of racial politics carried out by Núcleo de Negras/UFRB students/Núcleo Akofena. Thus, running through the year 2009, when the collective was founded, until the years after 2014, when the racial policy developed by the collective in the black communities of Cachoeira-BA takes on a strictly community organizational development. Necessarily, with the founding of Cine Comunitário do Povo and its subsequent organizational ramifications, notably, the Audiovisual Community Center Luiz Orlando (2017).

Keywords: Akofena Nucleus. Student Black Movement. Waterfall-BA. Community Movements. Organizational Community Work. People's Cinema.

-
- 1 Graduação em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB (2012), mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2015) e doutorado em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2020). Minha dissertação já está publicada em formato de livro com o título de “Terra Preta: raça, racismo e política racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, bem como minha Tese de Doutorado já disponível no banco de teses da UFBA e em eminência de ser publicada com o título “Necropolítica racial no padrão operacional do Programa Pacto pela Vida na Bahia”. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2239771537754134> Email: fredigorsantiagoferreira@gmail.com
 - 2 Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialização em Doenças Crônico-degenerativas e idosos (UPE). Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade de Pernambuco (ESEF). Graduanda em Pedagogia (UNINTER). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2912118323277273>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4951-0274>. E-mail: sulamitape@yahoo.com.br

Introdução

A memória é um arquivo provocado. Ao mesmo tempo um estilo de escrita. Assim como um campo de batalha em constante disputa. Admito que este artigo é um artefato de guerra; mais uma batalha no seguimento de memórias negras de luta. O conceito de memória emergiu com força na historiografia contemporânea, entre os anos de 1980 e 1990, a partir do momento de consolidação das novas abordagens teóricas, temáticas e metodológicas que permearam o desenvolvimento da ciência histórica. Hoje, o estudo da memória é particularmente um tema caro da história oral e aborda discussões que permeiam a relação entre história e memória, memória coletiva e memória individual, os usos políticos das memórias, dentre outras problemáticas teóricas, tendo em vista a vasta potencialidade de experiências.

Nesse sentido, a memória passa a ser um fenômeno, não apenas psíquico, mas gestado por uma série de condicionantes sociais, políticos e culturais, de forma que é uma reconstituição do passado que se relaciona com o presente. Dessa maneira, a memória tem se constituído no cerne de calorosos debates na historiografia/antropologia na atualidade.

Alguns dos debates conceituais mais reentrantes nos estudos de memória são as relações, oposições ou similitudes entre história e memória. O historiador Jacques Le Goff, em seu livro “História e Memória”, publicado no Brasil em 1996, trava um denso debate sobre o conceito de memória, ressaltando que a grande potencialidade de discussões nesse campo remete muito na aproximação da ciência histórica com outras áreas do conhecimento. Algumas delas são: a psicanálise, a sociologia, dentre outras áreas do saber, tendo em vista a intrínseca interrelação entre memória, passado e presente. O autor também ressalta que memória e história possuem especificidades, divergências e pontos de ruptura, entretanto, uma das questões comuns é o fato de ambas serem, de certa maneira, antídotos do esquecimento, além de espaços de disputa de poder, no sentido mais amplo.

Na investigação em curso, compreendemos que o fenômeno da memória é intrinsecamente ligado com os mais variados aspectos da organização social do ser humano (política, cultura, sociabilidade). Além de aspectos da memória individual, a base da história oral é um campo complexo, imbricado de significados, uma espécie de colcha de retalhos interrelacionada com aspectos subjetivos, seletivos e influenciados por parâmetros coletivos.

Outras questões teórico-metodológicas a serem ressaltadas são as disputas em torno das memórias. A memória oficial (do Estado-Nação, por exemplo) estabelece constantes espaços de embate com as memórias identificadas como subalternas de grupos comunitários, que constroem especificamente uma memória particular e que muitas vezes “silenciam” suas memórias como estratégia de sobrevivência de um passado particular.

No presente trabalho, utilizamos a noção de *enquadramento de memória*, que pertence ao arcabouço teórico do historiador Michael Pollak¹, para compreendermos como, dentro das organizações políticas, no caso em questão o Núcleo Akofena², existe uma disputa pela memória política, a qual, aqui, é apreendida através das histórias de vida dos sujeitos sociais que compõem o Movimento social. Tais histórias constroem e são compostas por marcos de memória, acontecimentos relevantes e silêncios, muitas vezes divergentes entre si.

1 Michael Pollak nasceu em Viena, Áustria, em 1948 e morreu em Paris, em 1992. Formou-se em sociologia e teve como orientador de sua tese de doutoramento Pierre Bourdieu. A partir de 1975, interessou-se por diversificados campos de estudos, tornando-se referência no estudo das identidades sociais em situações limites e a relação dessas identidades com a memória. Alguns de seus textos são referências importantes nos estudos de memória na contemporaneidade, como seu escrito “Memória e Identidade social”, publicado na revista Estudos Históricos, em 1992, e o artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio”, publicado na mesma revista, em 1989.

2 O Núcleo Akofena foi uma organização do movimento social negro nascida no segundo semestre do ano de 2009, com base estudantil, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O objetivo inicial dos primeiros membros do coletivo era criar um espaço de formação política para os estudantes negros/as e pautar as discussões raciais na Universidade, que até então apresentavam grande lacuna no tema. Posteriormente aos primeiros anos de fundação, a organização negra estudantil se desdobrou em organizações negras de ação estritamente comunitária. O curioso, ou mesmo controverso, é que a emergência de um “cinturão comunitário” ocorreu no mesmo período em que o Núcleo Akofena se tornou gradualmente uma entidade negra inoperante. Para mais informações acerca do histórico de atuação do Núcleo Akofena, do período de 2009 a 2014, ver o blog da organização: <http://akofenahistorico.blogspot.com/?view=timeslide>.

Dessa maneira, o conceito de *enquadramento de memória* é valioso para entendermos os significados, as nuances e dissensões entre as memórias de sujeitos que muitas vezes passaram por processos objetivos comuns no passado, mas no presente atribuem significados diferenciados e muitas vezes antagônicos a essas experiências coletivas. Dessa forma, o enquadramento da memória tem uma centralidade nessa investigação.

Está claro, portanto, que a memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. Para caracterizar essa memória constituída, eu gostaria de introduzir o conceito de trabalho de enquadramento da memória. Vale dizer: há um trabalho que é parcialmente realizado pelos historiadores. Temos historiadores orgânicos, num sentido tomado emprestado de Gramsci, que são os historiadores do Partido Comunista, os historiadores do movimento gaullista, os historiadores socialistas, os sindicalistas etc., cuja tarefa é precisamente enquadrar a memória... Tal análise pode ser feita em organizações políticas, sindicais, na Igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social (POLLAK, 1992, p. 6).

Em vista do exposto, o presente artigo é uma fração dos possíveis enquadramentos de memória em torno da história política organizativa do Núcleo de Negras/os estudantes da UFRB/ Núcleo Akofena e seus desdobramentos comunitários. Poderíamos tratar de variados aspectos da memória política do Núcleo Akofena, como por exemplo no tocante a masculinidades negras, opressões interraciais, disputas de gênero e ideológicas, políticas de afetividade, ou mesmo poderíamos centrar nosso itinerário nas ações do coletivo estudantil dentro da Universidade. Mas como disse anteriormente, a memória é um arquivo provocado; ao mesmo tempo é um estilo de escrita; assim como um campo em constante disputa. Admito que este artigo é um artefato de guerra; mais uma batalha no soerguimento de memórias negras em luta.

Dentro dessa conjuntura, nosso objetivo é delinear o itinerário histórico acerca de aspectos organizativos da política racial protagonizada pelo Núcleo de Negras/os estudantes da UFRB/ Núcleo Akofena. Para tanto, perpassando o ano de 2009, quando o coletivo foi fundado, até os anos posteriores a 2014, quando a política racial desenvolvida pelo coletivo nas comunidades negras de Cachoeira-BA toma um desdobramento organizativo estritamente comunitário com a fundação do Cine Comunitário do Povo. Acrescemos a isso suas posteriores ramificações organizativas, notadamente, o Centro Comunitário Luiz Orlando (2017).

Cabe destacar que, do ponto de vista metodológico, a análise histórico-comunitária em curso acompanha os passos insurgentes de uma nova geração de intelectuais-militantes negros/as, especialmente aqueles/as influenciados/as pela intitulada Escola de Estudos da Diáspora Negra de Austin-EUA³. Militantes-intelectuais negros/as, que não querem ser apenas *destacados e ordeiros buscadores da veracidade*. Essa nova prole está construindo novas metodologias, teorias e perspectivas epistemológicas na constituição de uma ciência social radical negra.

Nesse contexto, proponho adotar uma abordagem metodológica que dilata o sentido de envolvimento pessoal e propõe uma inversão semântica, que também é metodológica, defendendo que em certas pesquisas é necessária uma Participação Observante (VARGAS, 2008; FERREIRA,

3 O departamento de antropologia ativista/militante no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade de Austin, no Texas-EUA, tem se destacado na última década como um epicentro de repertórios metodológicos que defendem uma perspectiva de pesquisa militante/ativista baseada na ideia de que não precisamos escolher entre bolsa de pesquisa, de um lado, e engajamento político, de outro. Ao contrário, a Escola de Estudos da Diáspora Negra de Austin-EUA defende que a pesquisa militante/ativista pode melhorar a amplitude empírica e a sofisticação teórica, bem como a utilidade prática do conhecimento que nós produzimos como antropólogos. Também afirmam que a antropologia militante/ativista pode dar um contributo crucial para ajudar a resolver as várias “crises” que afligem a disciplina nas duas últimas décadas, e na definição de nosso curso para o século XXI. Para um maior entendimento acerca dos aspectos teóricos, metodológicos e políticos da Escola de Estudos da Diáspora Negra de Austin-EUA, ler o capítulo II de minha dissertação de mestrado, publicada em formato de livro, com o título “Terra Preta: raça, racismo e política racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”.

2015; 2020). Em vista disso, a obra do pesquisador-negro João H. Costa Vargas nos é de extrema relevância na construção de nosso arsenal metodológico (VARGAS, 2005; 2008; 2010; 2010). Vargas defende, a partir de sua experiência etnográfica em campo e colaboração com organizações de base que militam contra o racismo, que a dialética entre antropologia e envolvimento engajado com organizações políticas possibilita a construção de um conhecimento teórico-metodológico etnográfico distinto, que questiona a dita neutralidade científica da pesquisa acadêmica.

Contudo, como aponta Vargas, mesmo aqueles que pretendem ser invisíveis ou *como moscas nas paredes* já estão influenciando o *terreno social* em que realizam a pesquisa. Mais que isso, aqueles que se comprometem em não intervir “[...] estão comprometendo-se a uma posição moral e política muito clara – a de deixar que as coisas permaneçam como estão, de deixar o status quo” (VARGAS, 2008, p. 171).

Nessa conjuntura, em certas pesquisas, especialmente aquelas que pretendem investigar organizações políticas que lutam por justiça social, o distanciamento ou neutralidade científica se configuram enquanto descuidos metodológicos que impossibilitariam o pesquisador de realizar o trabalho de campo etnográfico. Nas palavras de Vargas ao retratar sua experiência de trabalho de campo,

[...] não haveria investigação se não houvesse envolvimento. Eu não teria me tornado um colaborador da Coalizão Contra Abuso Policial (*Coalition Against Police Abuse - CAPA*), se seus membros não tivessem encontrado o meu compromisso político compatível com o seu programa de emancipação social. Objetividade, se entendido como distanciamento, seria simplesmente impossível, para um mero observador não teria sido bem-vindo ao prédio na Avenida ocidental mais do que algumas vezes (VARGAS, 2008, p. 172).

Para Vargas, e sigo seu pensamento, em estudos acadêmicos de organizações políticas comprometidas com a justiça social, uma *prática acadêmica politicamente engajada* é um pressuposto metodológico essencial para efetivação da pesquisa. Nesses casos, o pesquisador está sendo constantemente observado pelo grupo estudado em uma quase completa inversão dos princípios de *observação participante*. Nesses contextos de pesquisa, lealdade, confiança e compromisso com o grupo organizado estudado devem ser apreendidos pelos sujeitos pesquisados como incontestes para a plena efetivação da investigação antropológica. É nesse bojo que João Vargas cunha, a partir de sua experiência etnográfica engajada, o conceito de *Participação Observante*,

Enquanto a *observação participante* tradicionalmente coloca ênfase na observação, a *participação observante* refere-se à participação ativa no grupo organizado, de modo que a observação torna-se um apêndice da atividade principal. Na verdade, é assim que os meus dias foram gastos: depois de horas de inúmeras atividades, á noite, eu ia escrever notas sobre os acontecimentos do dia e refletir sobre como eles afetaram e foram flexionados pelas estratégias que estávamos utilizando para combater a opressão ao povo negro (VARGAS, 2008, p. 175).

A constituição do método etnográfico da *participação observante* dilata a instrumentalidade metodológica da tradicional *observação participante* ao inverter a ordem cognitiva do método tradicional. Vargas (2008) propõe um maior destaque na participação ostensiva do pesquisador no grupo organizado estudado, de maneira que a observação é realizada no complexo experiencial da colaboração com o grupo. Uma abordagem antropológica militante do trabalho de campo possibilita uma qualificação do ponto vista do acesso ao material empírico, contribuindo para o alargamento da experiência histórica. Também saliento que, de maneira característica dessa

pesquisa, desenvolvo uma abordagem militante a partir de um ponto de vista de um *antropólogo público* (MARCUS, 2005), no qual sou de fato um pesquisador negro engajado em movimentos comunitários organizados por sujeitos sociais subalternos.

Nessa conjuntura, para o antropólogo George Marcus (2005), a pesquisa de caráter militante tornou-se uma condição *sine qua non* do trabalho de campo verdadeiramente crítico contemporâneo. Segundo Marcus, o fazer antropológico militante, umbilicalmente ligado à emergência no cenário acadêmico contemporâneo, de antropólogos que estão envolvidos direta ou indiretamente com movimentos sociais organizados.

Esses *antropólogos públicos* teriam a competência de dirigir suas pesquisas para pressionar governos locais a atenderem as demandas históricas do grupo marginalizado, além de divulgar a luta do grupo para outros fóruns de debate. Seria nesse cenário que as pesquisas de caráter militante/ativista se consolidariam na contemporaneidade, sobretudo quando o pesquisador/a estivesse envolvido/a de forma ativa no processo de luta organizada de sujeitos sociais submetidos a opressões.

A dialética do meu engajamento em organizações comunitárias negras produziu um conhecimento teórico-metodológico distinto, sobretudo, por me possibilitar acessar uma variedade de arquivos - ou memórias políticas - e teorias organizativas que acumulei em meu itinerário na política racial na Bahia, na última década. Desse modo, a noção de *Participação Observante* me permitiu acessar os interstícios da política racial protagonizada pelo Núcleo Akofena.

A noção de *participação observante* se insere metodologicamente, em especial, no que tange à abordagem, coleta e análise dos dados. É minha experiência como fundador-militante do Núcleo Akofena, assim como minha posterior contribuição na articulação das ramificações organizativas comunitárias do coletivo estudantil negro, que me credenciam a ter possibilidade de acesso pleno a um largo material histórico-etnográfico. Exemplo desses materiais são: documentos programáticos, acervo audiovisual, fotografias, acesso à conta do Blog da organização, cartilhas e cadernos de formação.

Doravante, o presente artigo será dividido em sessões complementares. Em uma primeira seção, discorreremos sobre aspectos histórico-organizativos das ações do Núcleo Akofena durante os anos de 2009 até 2013, notadamente, as ações comunitárias realizadas pelo coletivo dentro e, sobretudo, fora da universidade. Em uma segunda seção, descreveremos os desdobramentos comunitários do Núcleo Akofena a partir da transição do Cine do Povo, no Viradouro, para a fundação do Cine Clube Comunitário do Povo, no ano de 2014, além de suas ramificações posteriores e o Centro Comunitário Luiz Orlando (2017). Ao término do artigo, serão disponibilizados nos anexos os principais documentos organizacionais do Núcleo Akofena, a saber: Carta de princípios (2011), Estatuto (2013) e programa de ação (2013).

História Organizativa do Núcleo Akofena - 2009 a 2014

No ano de 2009, fui “convocado” por um grupo de professora/as negro/as do *campus* de Cachoeira-BA, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a compor a organização do *I Encontro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do Recôncavo da Bahia (NEAB)*. Uma experiência que foi um divisor de águas em minha trajetória acadêmica. Foi nas reuniões de construção do I Encontro do NEAB que, pela primeira vez, via tantos professores universitários negros/as, assim como foi nesse espaço que compreendi que, para além do ofício da docência em escolas de nível básico, poderia construir uma carreira acadêmica como pesquisador-professor em universidades.

O I Encontro do NEAB do Recôncavo da Bahia teve como principal objetivo consolidar e expandir um espaço de produção acadêmica negra de excelência que já vinha sido construído aos trancos e barrancos pelos pouquíssimos professora/as negro/as da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) desde o ano de 2006, quando o núcleo era apenas um grupo de estudos. No ensejo, o Encontro buscou construir a infraestrutura organizativa (regimento interno) do NEAB, além de aderir novos pesquisadores, sobretudo estudantes de graduação, para comporem as linhas de pesquisa do núcleo de estudos, que na época eram as seguintes: “Comunidades Negras Rurais”, “Educação e Relações Interétnicas”, “Escravidão e Pós-Abolição”, “Saúde das Populações Negras”, “Gênero e Raça” e “Cultura Negra e relações étnico-raciais”.

Minha participação no I Encontro do NEAB do recôncavo da Bahia também me aproximou de outro/as estudantes negro/as, destacadamente, dos cursos de história, ciências sociais, jornalismo e serviço social. Essa aproximação se deu no contexto das reuniões de linha de pesquisa do NEAB, que agrupavam estudantes de todos os cursos e até de outros *campus*. Esse contato entre estudantes negros/as de várias realidades e diferentes áreas do conhecimento fez com que começássemos a debater coletivamente questões referentes à nossa permanência na universidade e, sobretudo, sobre as políticas afirmativas na UFRB, que na época eram irrisórias. Nesse ínterim, percebemos que mesmo uma universidade localizada no Recôncavo da Bahia, onde 90% da população era negra, a maioria esmagadora dos professores, técnicos administrativos e mesmo as principais lideranças do dito movimento estudantil eram pessoas brancas de classe média.

Diante desse contexto, no segundo semestre de 2009, fundamos o Núcleo de estudantes Negras/Negros da UFRB, conhecido como Núcleo Akofena. Durante todo segundo semestre de 2009, assim como o primeiro semestre de 2010, montamos um grupo de leitura, no qual lemos e debatemos coletivamente obras fundamentais do pensamento preto diaspórico, cujos autores que compunham o arsenal de leituras eram: Frantz Fanon, Nelson Mandela, Steve Biko, Winnie Mandela, Malcolm X, Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins, dentre tantas outras obras clássicas. Além de uma leitura centrada nas experiências e reflexões teóricas da diáspora negra, também convidamos os/as professores/as negros/as da UFRB para apresentarem suas pesquisas, métodos, trajetórias acadêmicas e reflexões acerca de suas presenças em uma universidade estruturalmente eurocêntrica.

O Núcleo Akofena foi uma organização do movimento social negro composta por base estudantil universitária, fundada no segundo semestre do ano de 2009 na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O objetivo inicial dos primeiros membros do coletivo era criar um espaço de formação política para os estudantes negros/as e pautar as discussões raciais na Universidade, que até então apresentava grande lacuna no tema. Posteriormente aos primeiros anos de fundação, a organização negra estudantil se desdobrou em organizações negras de ação estritamente comunitária, a exemplo do Cine Comunitário do Povo (2011) e do Centro Comunitário Luiz Orlando.

Em 2011, depois de dois anos de atividade organizativa, o Núcleo Akofena realiza sua primeira assembleia geral, onde constrói seu primeiro documento programático de orientação para a militância: a carta de princípios⁴, que dizia:

Nós, membros do Núcleo Akofena - Negras e Negros Estudantes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - (NNNE) - entendendo como negra toda pessoa que possui a cor da pele como fator determinante da identificação social na ação do racismo - reunidos em assembleia na data 27 de setembro de 2011, assumimos os seguintes *Princípios de Luta*, os quais fundamentam a ação política de todo e qualquer filiado ao Núcleo Akofena para o combate anti-racista pela derrocada do racismo e de todas as formas de opressão. São nossos princípios: 1-Lutar e fortalecer a luta pela organização autônoma e independente da(o)s negra(o)s na Universidade, na cidade de Cachoeira e na região do Recôncavo. 2- Fortalecer a organização comunitária da periferia urbana de Cachoeira. 3 -Lutar com as comunidades quilombolas em defesa dos seus direitos à terra, trabalho, moradia, serviço de saúde e educação gratuitos e de qualidade. 4-Lutar em favor da construção de um sistema de saúde gratuito e de qualidade para população negra contemplando suas demandas. 5- Combater todas as formas de atuação do genocídio negro [...]

(CARTA DE PRINCÍPIOS DO NÚCLEO AKOFENA, 2011, p. 1).

No decorrer da trajetória de construção organizativa do Núcleo Akofena, foi abandonando-se o inicial caráter de entidade negra do movimento estudantil para abraçar a militância negra

4 Disponível em: <https://akofena.blogspot.com/p/carta-de-principios.html>

comunitária; o núcleo escolheu estrategicamente transpor sua militância para além dos muros da Universidade. A partir do ano de 2011, o coletivo tem como principal espaço de militância a comunidade do Viradouro, comunidade urbana periférica, hegemonicamente pobre e negra, no município de Cachoeira-BA. Nessa comunidade, o Núcleo Akofena desenvolve projetos contínuos de formação política, de cunho artístico-cultural, visando a organização comunitária. Entre os anos de 2009 a 2013, o Núcleo de negras/os estudantes da UFRB organizou os seguintes programas comunitários:

1- Cine do Povo no Viradouro: cine clube com exposições quinzenais na praça do bairro. O trabalho é desenvolvido com filmes de temáticas negra e comunitária, promovendo a auto identificação dos moradores nas telas do cinema, incentivando o trabalho de conscientização e politização dos espectadores e propondo a articulação comunitária contra a brutalidade policial.

2- Arte na Comunidade: um dia inteiro de atividades culturais e políticas, com programação voltada para o público de todas as idades, crianças, adolescentes/jovens e adultos. O Arte na Comunidade costuma explorar diversas linguagens artísticas: música, poesia, fotografia, artes cênicas, dança etc.; as apresentações ficam por conta dos moradores, tanto artistas do Viradouro quanto de outras comunidades de Cachoeira-BA.

3- Escola de Hip-Hop (EH2): essa ação social ocorreu no ano de 2012 e teve como público alvo adolescentes e jovens da comunidade, mas há participação de moradores de outros bairros de Cachoeira. Consiste na aplicação de cursos dos quatro elementos do Hip-Hop (Rap, *Breakdancing*, Discotecagem e *Graffiti*), despertando e incentivando o interesse dos jovens para esse ramo da arte e da profissionalização. Paralelamente, os estudantes matriculados na EH2 participam das aulas do Curso de Cidadania e Consciência Negra (CCN), um curso de formação política e comunitária.

No ano de 2013, o Núcleo Akofena chega ao ápice de sua estrutura organizacional quando realiza sua III Assembleia Geral e constrói documentos programáticos que estabelecem marcos operacionais para atuação do coletivo dentro e fora da universidade, delimitando também os limites e as possibilidades de atuação dos/as militantes da organização.

São aprovados na III Assembleia Geral do Núcleo Akofena os seguintes documentos: 1) Estatuto, 2) Programa de Ação, 3) III Carta política, 4) Resolução interna para atuação de militantes do Akofena. Essa robusta estrutura organizacional é fruto do amadurecimento político-organizativo do Núcleo Akofena ao longo dos anos, que à medida que se inseria com maior empenho em ações comunitárias, se afastava cada vez mais das estruturas de ação política da universidade. Dentre os documentos programáticos, destaco o Estatuto Interno, que definia, em seu Capítulo III, os objetivos e fins do núcleo Akofena.

Artigo III - O Núcleo Akofena é uma organização política composta, construída e impulsionada majoritariamente por negras/os, entendendo, como negra toda pessoa que tem a cor da pele como determinante na ação do racismo (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2011). A entidade possui um caráter político, e têm por finalidade internacionalizar a luta contra o genocídio negro e pela liberdade, autonomia, independência e dignidade da comunidade negra no mundo. Artigo IV - O Núcleo Akofena visa combater o genocídio negro em todas as suas facetas, bem como todas as formas de opressão de pessoas e comunidades negras no mundo. Artigo V - O Núcleo Akofena manterá intercâmbio com organizações congêneres no Brasil e no mundo (ESTATUTO AKOFENA, 2013, p. 2).

É dentro desse contexto de avanço organizativo e de consolidação de uma certeza de propósito, no que diz respeito ao enfrentamento das políticas de morte genocidas, que o Núcleo Akofena se insere profundamente em uma ampla rede de movimentos comunitários. Assim, desenvolvendo oficinas educacionais com temática racial em escolas da região do Recôncavo; construção de cursos de formação política, internos ou externos; jornada de lutas no Novembro Negro; exibição de cine clube nas periferias urbanas de Cachoeira-BA.

O Núcleo Akofena também se insere dentro do contexto de articulação política entre os terreiros de candomblé de Cachoeira-BA a partir da colaboração na organização das Caminhadas do Povo de Santo de Cachoeira-BA e na construção do I Seminário Respeitem Nosso Resguardo⁵ (2012). O seminário Respeitem Nosso Resguardo é uma articulação de programas comunitários de enfrentamento e prevenção ao racismo estrutural contra religiões de matriz africana. O Seminário Respeitem Nosso Resguardo tem sido, ao longo desses 11 anos de atuação, um espaço de transmissão de conhecimentos, formação política racial e religiosa, denúncia de casos de discriminação, ódio e racismo religioso, instrumentalização jurídica e de estratégias de autodefesa comunitária. De todo modo, um espaço de fortalecimento e empoderamento das comunidades religiosas de Matriz Africana no recôncavo sul baiano.

O Núcleo Akofena passa a se destacar na articulação em rede com organizações do movimento social, como o Movimento dos Pescadores e Pescadoras da Bahia (MOPEBA), Campanha Quilombo Rio dos Macacos, Quilombo X Ação Cultural comunitária, Campanha Reaja ou será morta/o, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Casa do Boneco de Itacaré, Teia dos Povos, As Mães de Maio (SP), A Rede de Combate à Violência (RJ), entre outros movimentos sociais comunitários-populares.

Desdobramentos comunitários do Núcleo Akofena, Cine Comunitário do Povo e Centro Comunitário de Audiovisual Luiz Orlando

Desde o ano de 2011, tenho contribuído na articulação de Cineclubes e na disseminação da Cultura Hip-Hop nas periferias urbanas de Cachoeira-BA através de minha participação como educador no Cine do Povo⁶. Dentro desse contexto comunitário, tenho contribuído notadamente: 1- na articulação e execução de políticas culturais comunitárias dentro de comunidades urbanas diretamente atingidas pelas políticas de morte; 2- na consolidação de espaços seguros de criação artística e formação política comunitária para jovens negros/as.

O Cine Comunitário do Povo surgiu em 2011 e, inicialmente, chamava-se *Cine do Povo no Viradouro*, uma ação permanente de exibições de cinema em comunidades periféricas criminalizadas da cidade de Cachoeira-BA. Na época, a ação era impulsionada por militantes do Núcleo de Negras e Negros Estudantes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/Núcleo Akofena. Para além de exibir filmes, o objetivo foi construir um processo de trabalho comunitário que instrumentalizasse a comunidade no enfrentamento à brutalidade policial.

Do período de 2011 ao final de 2013, o *Cine do Povo no Viradouro* atuou de forma permanente, intercalando as exibições de cinema com atividades culturais, de formação e voltadas para a cultura Hip-Hop. Foi nesse processo que participei como membro fundador e educador comunitário, quando o cine clube passou a ser profundamente (re)conhecido nas comunidades periféricas da cidade de Cachoeira-BA.

Durante o primeiro semestre de 2013, o Cine do Povo ficou praticamente inoperante. No entanto, no segundo semestre de 2013, um grupo de moradores do bairro do Viradouro – mães, pais, artistas locais e jovens negros/as que participavam das ações do Cine clube – articularam uma reunião na praça do bairro para discutir a retomada das atividades. Além de membros da comunidade, foram convidados educadores comunitários, lideranças comunitárias e militantes do Núcleo Akofena que tinham parceria política e afetiva com os moradores do bairro. Dessa reunião, chegou-se às seguintes avaliações e deliberações:

5 Mais informações ver Facebook: <https://www.facebook.com/Semin%C3%A1rio-Respeitem-Nosso-Resguardo-545060802252313> e Instagram: @respeitenosoresguardo

6 O Cineclube Comunitário do Povo, ou Cine do Povo como é comumente conhecido, é uma ação comunitária, que desde 2011, tem atuado nas periferias urbanas de Cachoeira-BA com a realização de ações permanentes de trabalho comunitário organizativo centrado em uma política cultural comunitária. Dessa maneira, abrangendo instrumentos como o cinema, educação popular, Cultura Hip-Hop, dentre outros. Ver mais sobre o Cine do Povo em: http://coletivoquilombo.blogspot.com/2015/07/cine-do-povo-trabalho-comunitario_11.html e <https://pt-br.facebook.com/cinedopovonoviradouro/> ou assistir ao filme “Cine do Povo: uma História de Luta”, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=z_327LNTYK0&ab_channel=CineclubeComunit%C3%A1rioPovo.

1- Evidenciou-se a necessidade de formar a juventude do Bairro para coordenação do Cine do Povo, sobretudo formar essa juventude no que tange aspectos técnicos do cine clubismo e da comunicação comunitária.

2- O *Cine do Povo no Viradouro* passou a se chamar “Cine Comunitário do Povo”, também conhecido como “Cine do Povo”, desligando-se assim da sua ligação organizacional com o Núcleo Akofena. A inclusão do termo COMUNITÁRIO tinha também a intenção de, a médio prazo, o Cine do Povo estender-se para outras comunidades de Cachoeira-BA.

3- Foram eleitos jovens do bairro do Viradouro para coordenarem e impulsionarem o processo de reorganização do Cine clube, e foi estabelecido um Conselho Comunitário Consultivo que ficou incumbido de debater e protagonizar os rumos da ação comunitária.

Durante mais de uma década de atuação nas periferias urbanas de Cachoeira-BA, o Cine do Povo tem consolidado uma poderosa rede política comunitária, que tem atingindo direta e indiretamente uma geração de jovens negros/as, crianças, adultos e idosos que têm atuado como colaboradores ou impulsionadores do Cine Clube.

O Cine do Povo tem contribuído com a construção de alternativas comunitárias de acesso e produção da “Sétima Arte”. Acesso no sentido da popularização de filmes que, habitualmente, a população não vai ver na *Sessão da Tarde* ou na *Tela Quente*: filmes nacionais, internacionais, documentários, curtas e médias metragem com abordagens sobre raça, classe, organização comunitária, cultura negra, cultura de rua, Hip-Hop, arte marginal etc. Bem como, o Cine clube tem projetado para produção e veiculação audiovisual com temáticas relacionadas às vivências de jovens dos bairros periféricos de Cachoeira-BA.

Ao longo de doze anos de atuação ininterrupta nas periferias urbanas de Cachoeira-BA, o Cine Clube Comunitário do Povo torna-se mais que um cine clube, passa a ser um dos principais agentes culturais disseminadores e propagadores da Cultura Hip-Hop⁷ na cidade de Cachoeira-BA e regiões circunvizinhas.

Como demonstra o pesquisador Manoel Alves Araújo Neto (2019) em sua dissertação de mestrado *Experiências e Educação: percepções acerca da formação intelectual de MC’S negros/as do recôncavo da Bahia*, o Hip-Hop penetra nas periferias da Bahia em meados da década de 90, do século XX, notadamente na cidade de Salvador (NETO, 2019). No recôncavo sul, o Movimento sociocultural emerge também no mesmo período e tem como um de seus marcos fundacionais o surgimento do grupo de rap: Pretos Conscientes Atuais – PCA, baseado na cidade de Cachoeira-BA (NETO, 2019).

Contemporaneamente, o Hip-Hop espalhou-se pelas cidades do recôncavo sul dentro de um contexto geral de vocalização dada pela indústria cultural mundial. Mas, sobretudo pelo protagonismo de jovens negro/as que impulsionam e propagam seus múltiplos elementos, notadamente, através de produções musicais-audiovisuais independentes disponibilizadas a nível planetário em plataformas de Streamings. Bem como em conjunturas específicas, como é o caso da cidade de Cachoeira-BA, que tem se destacado por ser um polo difusor de trabalhos comunitários impulsionados por Mcs, *Break Dancers*, Dj’s, grafiteiros e cine clubistas que, como apontam pesquisas recentes, estão construindo estratégias comunitárias de enfrentamento ao Genocídio negro nas ruas do recôncavo sul da Bahia.

Nesse sentido as ações do movimento Hip Hop em Cachoeira como o Baile Pelo Certo, o Arte na Comunidade, e o Mutirão de Graffiti desdobradas pelo Cine do Povo e pelo Centro Comunitário de Audiovisual Luiz Orlando compostas pelos mais diversos grupos de rap, equipes de break, Dj’s, grafiteiros, e colaboradores da região do Recôncavo tem apresentado características que tomam forma de uma expressão político-cultural estratégica de denúncia e manifestação relevante no

7 O Hip-Hop é um Movimento sócio Cultural da diáspora negra que surgiu em meados da década de 1970 nos EUA, mais especificamente no bairro do Bronx, na cidade de Nova York, a partir da hibridação da cultura sound system jamaicana e inovações tecnológicas no âmbito da música digital estadunidense (NETO, 2019; CONCEIÇÃO, 2019; SANTOS, 2019). Inicialmente, o Hip Hop foi caracterizado por quatro elementos político-sensoriais-estéticos: o Disc Jockey (DJ), Mestre de Cerimônia (MC), dança de rua (break dance) e o Graffiti.

contexto da presente investigação e diante o silenciamento e extermínio dessas juventudes. Ações essas que, buscam através da criação de espaços político-culturais autônomos denunciar e vocalizar as ações violentas e de extermínio cometidos pelo Estado, além de reverter fundos para viabilizar atividades que englobam o cine clubismo comunitário e a cultura Hip Hop nas comunidades periféricas de Cachoeira. Nesse sentido, as atividades protagonizadas pelo Cine do Povo tem fomentado estratégias incisivas na luta contra a antinegritude e o racismo por intermédio da arte seja pela música, poesia, dança ou artes visuais e ganhará papel central nas discussões do presente trabalho, no momento em que enquanto ação organizativa e comunitária cria organicamente espaços onde a juventude negra tem encontrado a possibilidade de reinterpretar e reconstruir a realidade a qual estão inseridos (CONCEIÇÃO, 2019, p. 6).

E reitera,

Nesse sentido, ao longo desses mais de sete anos de estabelecimento do movimento Hip Hop nesses bairros marginalizados em Cachoeira, o Cine do Povo cumpriu e cumpre o papel crucial de protagonizar as atividades comunitárias que inseriram e tem inserido o Hip Hop no cenário cultural e político da cidade, através de oficinas, mutirões culturais, atividades pedagógicas e apresentações artísticas dos mais diversos artistas que tem envolvimento ou não com a cultura Hip Hop nesses bairros. Nesse sentido, com esse acúmulo de atividades o Cine do Povo gradativamente tem atraindo mais colaboradores e conquistando cada vez mais espaço e respeito dentro dessas comunidades que atua, e que se encontram em estado de marginalização histórica. A relação com os moradores desses bairros foi se estreitando e se tornando mais orgânica, facilitando o contato e a identificação entre colaboradores e moradores (CONCEIÇÃO, 2019, p. 51).

Essa breve contextualização é de salutar importância para compreendermos a intrincada rede comunitária construída por meio do Cine Clube Comunitário do Povo, que tem interligado as periferias urbanas da cidade de Cachoeira-BA. Para tanto, atuando por intermédio de uma perspectiva de construção de estratégias comunitárias de enfrentamento e prevenção aos altos índices de mortes matadas por arma de fogo que têm atingido de sobremaneira a juventude negra na região do recôncavo sul baiano.

Durante os 12 anos de atuação nas periferias urbanas de Cachoeira-BA, o Cine do Povo firmou uma intrincada rede organizativa comunitária que tem um alcance geracional nas experiências de vida de jovens negro/as, crianças, adultos e idosos que têm atuado como colaboradores ou impulsionadores do Cine Clube. E para além de um cine clube, o Cine do Povo tem se consolidado como um dos principais agentes sociais disseminadores e propagadores da perspectiva do *trabalho comunitário organizativo*.

Centro Comunitário Luiz Orlando

O Centro Comunitário Luiz Orlando⁸, desde a fundação em 2017, tem construído ações comunitárias permanentes centradas em uma política de ação direta comunitária, abrangendo instrumentos pedagógicos como o cine clubismo, programas comunitários de incentivo à leitura/

⁸ Para mais informações acerca das atividades do Centro Comunitário Luiz Orlando, ver: https://www.instagram.com/centrocomunitario_luizorlando/

letramento e Cultura Hip-Hop. Todas essas ações têm sido organizadas por uma rede ampla de educadores comunitários oriundos principalmente de um organismo comunitário anterior: o Cine Comunitário do Povo (2011), que desde 2011 tem organizado uma extensa rede comunitária composta por professores/as, Mcs, Dj's, *Beatmakers*, *B-boys/girls*, produtores independentes de audiovisual, lideranças comunitárias de associações de bairro que têm desenvolvido, ao longo dos anos, programas comunitários em bairros como a Rua da Feira, Cucuí de Caboclo, Rosarinho, Viradouro e Linha Velha.

O Centro Comunitário de Audiovisual Luiz Orlando tem construído, ao longo dos anos, uma série de ações culturais comunitárias que tem erguido um verdadeiro “cinturão” de prevenção aos elevados índices de homicídios por arma de fogo que acometem de sobremaneira jovens homens negros. Nesse sentido, sua principal missão tem sido o enfrentamento à violência do estado por meio da violência policial, grupos de extermínio, encarceramento em massa, política genocida de combate às drogas e contra as políticas de morte do modelo de segurança pública.

Enquanto organização comunitária de valorização da identidade e cultura negras, vem consolidando-se como “epicentro” da construção de estratégias comunitárias de mobilização contra os determinantes do racismo estrutural que submetem o povo negro, especificamente sua juventude, a níveis apocalípticos de violência letal - Genocídio.

Nesse contexto, a iniciativa comunitária tem contribuído para a integração social e melhoria das condições de vida de pessoas negras, sobretudo dos jovens em situação de pobreza, moradores de bairros periféricos e, não obstante, marginalizados e alvos direto de ações policiais violentas e racistas. Promover formação e empoderamento dessa juventude é instigar o seu protagonismo, incentivá-los à participação no debate público na sociedade brasileira sobre o racismo e propostas para sua desconstrução, contribuindo para o aprofundamento de temas relevantes às suas vivências.

Um dos programas comunitários que tem se destacado ao longo dos anos de atuação do Centro Comunitário de Audiovisual Luiz Orlando é o *Laboratório Musical Ibori Studio*⁹. O laboratório musical Ibori Studio propõe a consolidação de um espaço seguro de criação, produção e distribuição de música rap para artistas da cena Hip-Hop da cidade de Cachoeira-BA, tendo como público alvo jovens negras(os) de 15 a 30 anos que atuavam/atuam como articuladores culturais comunitários nas periferias urbanas da cidade. O projeto proporciona, desde 2019, ciclos de formações pedagógicas que articulam atividades formativas centradas em política musical comunitária, assim, no âmbito da criação, produção e distribuição de música rap independente no contexto da indústria musical contemporânea.

O projeto tem como objetivo consolidar um espaço comunitário seguro para jovens negras/os artistas independentes ligados à Cultura Hip-Hop na cidade de cachoeira-BA capacitarem-se profissionalmente em múltiplos aspectos do processo de criação, produção e distribuição de música rap em plataformas de *streaming's*. O projeto busca dar continuidade a um programa comunitário protagonizado pelo Ibori Studio desde seu nascedouro em 2016, que é a construção de espaços formativos comunitários de profissionalização da juventude negra periférica na área de produção de música digital independente, em especial a expressão musical Rap.

O projeto também contribui enormemente com o gradual processo de formação de artistas negro/as ligados/as ao seguimento rap, que tem crescido exponencialmente nas cidades do recôncavo sul baiano, sobretudo dentro de um contexto de ramificação de estúdios no formato Home, que tem se constituído como espaços criativos coletivos. Os artistas fortalecem uma cena de produção musical digital independente, e têm utilizado das plataformas de *streamings* como dispositivos de vocalização de produções fonográficas, alterando completamente a forma de distribuição dos produtos fonográficos. Dessa maneira, tornando possível que artistas negros/as

9 O Ibori Studio surge em 2015 a partir da articulação entre uma rede de jovens artistas e produtores da cena underground do recôncavo baiano que se encontram em meio às ações comunitárias do Cine do Povo nas periferias de Cachoeira-BA e formam o grupo de rap Us Pior da Turma. Com o tempo, alguns estudantes de audiovisual, cineclubistas e militantes comunitários se juntam ao grupo e o Ibori se estrutura formalmente no ano de 2017. É também no ano de 2017 que o Studio Ibori passa a ocupar uma das dependências do Centro Comunitário Luiz Orlando, integrando-se assim nas dinâmicas e programas comunitários do Centro comunitário. Para mais informações acerca do Studio Ibori, acesse: https://www.youtube.com/channel/UCY8RszVxz4IbuFMjP_cQ0oA e o Instagram: <https://www.instagram.com/iboristudio/>.

independentes distribuam em plataformas de *streamings* as suas produções em escala global.

Por fim, cabe ressaltar que, desde a primeira edição do Laboratório Musical Ibori Stúdio, a ação comunitária vem exercendo a função de aglutinar a juventude negra de Cachoeira-BA através da Cultura Hip-Hop. As cidades do Recôncavo Baiano respiram cultura negra, e acreditamos que uma ferramenta de experimentação musical como o Stúdio Ibori dá oportunidade e visibilidade para juventude negra que já se manifesta através da música e da arte, mas não encontra meios de expandi-la. Com as imersões artísticas, aqui chamadas de Laboratórios Experimentais, pretendemos catalogar a juventude participante, mantendo compromissos com os mesmo que estão iniciando ou já iniciaram suas expressões artísticas.

Vale ressaltar que o Centro Comunitário de Audiovisual Luiz Orlando tem desenvolvido parcerias com a rede pública de ensino do Município, contribuindo com o desenvolvimento sob princípios da equidade social, uma vez que auxilia no afastamento de crianças e adolescentes do uso e tráfico de entorpecentes; exige presença e rendimento escolar positivo; influencia o vínculo escola-comunidade-família; estimula o processo de profissionalização; relaciona-se enquanto atividade de saúde e cuidado com o corpo; promove a arte e cultura na região, sobretudo a valorização da cultura e identidade negra; auxilia na autoestima e autodisciplina; propõe reflexões críticas sobre as relações raciais, o racismo e a juventude negra.

Nesse contexto, ao longo de seus seis anos (2017) de atuação nas periferias urbanas de Cachoeira-BA, o Centro Comunitário de Audiovisual Luiz Orlando tem construído uma frente ampla de impulsionadores/apoiadores composta majoritariamente por moradores de comunidades periféricas da cidade. Necessariamente, os moradores são oriundos dos bairros: Cucuí de Caboclo, Rosarinho, Três Bocas, Rua da Feira; Belém da Cachoeira. Outrossim, participam dessa frente as lideranças comunitárias de associações de moradores, terreiros de candomblé e grupos culturais impulsionadores da Cultura Hip-Hop, a exemplo da Associação de Moradores do Rosarinho.

Essa extensa articulação comunitária foi posta à prova dentro de uma conjuntura em que a pandemia de COVID-19 atingiu terrivelmente o Brasil entre os anos de 2020 a 2022, de modo que Centro Comunitário de Audiovisual Luiz Orlando não poderia recuar diante do desafio de construir estratégias comunitárias de enfrentamento aos efeitos virais e econômico-sociais da pandemia.

Dentro desse contexto é fundado pelo Cine Comunitário do Povo, em conjunto como o Centro Comunitário de Audiovisual Luiz Orlando, no mês de abril de 2020, o *COMITÊ DE SOLIDARIEDADE POPULAR – COVID-19 – CACHOEIRA - BAHIA*¹⁰. Durante os dois anos da pandemia da Covid-19, a organização foi uma instância intracomunitária impulsionada pelo Centro Comunitário de Audiovisual Luiz Orlando, baseada no apoio mútuo e na auto-organização, com o objetivo de proteger principalmente a população periférica de maioria negra em situação de vulnerabilidade social e os grupos de risco, assim como defender um programa mínimo de reivindicações comunitárias e organizar as lutas do Povo Negro para exigir dos patrões e governos as medidas necessárias para garantir políticas públicas que garantissem a sobrevivência de famílias negras empobrecidas e das massas trabalhadoras majoritariamente negras.

Ao longo dos anos de 2020 a 2022, o Comitê de Solidariedade Popular - COVID 19 - Cachoeira (BA) impulsionou uma série de ações comunitárias híbridas em bairros periféricos diretamente atingidos pelos efeitos virais e econômico-sociais da Covid-19, notadamente nas comunidades que historicamente tem sido o território de atuação do Cine do Povo e do Centro Comunitário Luiz Orlando. Os programas comunitários do Comitê de Solidariedade Popular - COVID 19 - Cachoeira (BA) foram impulsionados através de ações comunitárias híbridas centradas em dois eixos estratégicos: comunicação comunitária e soberania alimentar.

Finalizando um debate e abrindo outro: considerações transitórias de uma luta em curso

Percorri a memória organizativa do Núcleo Akofena do período de 2009 a 2014. Assim

¹⁰ Todas ações do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE POPULAR – COVID-19 – CACHOEIRA – BAHIA estão documentadas na página online do Centro comunitário Luiz Orlando: https://www.instagram.com/centrocomunitario_luizorlando/.

como tracei o itinerário dos desdobramentos comunitários do coletivo negro estudantil através da fundação de organizações negras de ação estritamente comunitárias, que surgiram de frações/setores organizadas dentro do Núcleo Akofena, romperam com a entidade e trilharam um outro caminho político e racial dentro do contexto da construção de um trabalho comunitário, organizativo e permanente de enfrentamento às políticas de morte.

Nossa investigação tem como pano de fundo minha experiência como fundador do Núcleo Akofena, bem como minha atuação organizativa comunitária desde o ano de 2011, quando passo a contribuir na articulação de Cineclubes e na disseminação da Cultura Hip-Hop nas periferias urbanas de Cachoeira-BA. Para tanto, exploro as informações mediante minha participação como cofundador e educador comunitário no Cine Clube comunitário do Povo. Logo, é o registro histórico-comunitário de uma fração radical da política racial protagonizada por agrupamentos de pessoas pretas no contexto das lutas sociais comunitárias na Bahia da última década. Lutas sociais comunitárias que pude participar como apoiador, militante ou aliado, em diferentes contextos, a exemplo: 1- da luta por justiça e verdade da Chacina do Cabula, protagonizada por mães, pais, familiares e amigos das vítimas, bem como por militantes da Campanha Reaja ou Será Morto/a; 2- a luta por território dos quilombolas do Quilombo Rio dos Macacos e dos Quilombos da Baixa da Linha e Vila Guaxinim; 3- minha contribuição como educador comunitário na luta pela terra junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; 4- assim como as várias ações conjuntas em prol da luta por moradia e direitos básicos da Ocupação Quilombo Lucas da Feira, juntamente com a Casa da Resistência, de Feira de Santana.

Cabe destacar que o artigo situa historicamente a consolidação do poderoso cinturão comunitário construído em Cachoeira-BA na última década através da ação comunitária permanente do Cine do Povo (2011), do Centro Comunitário Luiz Orlando (2016), Baile Pelo Certo (2016), do Studio Comunitário Ibori (2017) e Comitê Popular de enfrentamento da Covid-19. Ou seja, o presente artigo é uma análise multirreferenciada acerca de mais de uma década de *trabalho comunitário organizativo* permanente em comunidades negras diretamente atingidas pelas políticas de morte no contexto da Guerra Racial de Alta Intensidade na Bahia.

No entanto, ao caminharmos para o término do artigo, cabe destacar que ao mesmo tempo em que, a partir de 2014, o Cine Clube Comunitário do Povo avança em suas atividades comunitárias enquanto uma entidade organizativa autônoma, o Núcleo de Negras e Negros Estudantes da UFRB/ Núcleo Akofena, sobretudo a partir de 2017, torna-se apenas uma sigla, com pouca ou mesmo - a partir de 2017 - nenhuma atuação dentro ou fora da universidade. Qual o pano de fundo que dá lastro a esse movimento de esvaziamento organizativo do Núcleo Akofena ao mesmo tempo em que há um processo de consolidação do poderoso cinturão comunitário construído em Cachoeira, na última década, através da ação comunitária permanente do Cine do Povo (2011), do Centro Comunitário Luiz Orlando (2016), Baile Pelo Certo (2016), do Studio Comunitário Ibori (2017) e do Comitê Popular de enfrentamento a Covid 19? É sobre esse terreno minado que vamos discorrer adiante.

O Núcleo Akofena é construído dentro de um contexto político-racial multifacetado, que reuniu pessoas negras em suas multiplicidades de trajetórias de vida, posições de classe, gênero, sexualidade e perspectivas ideológicas diversas – muitas vezes díspares. A diversidade cultural e política dos sujeitos sociais que erigiram e impulsionaram o Núcleo Akofena, do período de 2009 a 2013, manifestou-se na constituição de dois setores organizativos que atuavam na época, muitos dos quais em constante disputa política-ideológica e, que em momentos distintos da história organizativa do Núcleo Akofena, hegemonizaram a liderança política de atuação do movimento nas comunidades ou dentro da Universidade. Ou mesmo frações que romperam completamente com o Núcleo Akofena, desdobrando tal “cisão” em iniciativas estritamente de ação política racial comunitária.

Essas fricções políticas internas dentro do Núcleo Akofena podem ser analisadas de diversificados prismas: divergências políticas, conflitos interpessoais internos, redução do número de militantes à medida que muitos/as se formaram e mudaram-se do território de ação do Núcleo Akofena, dentre outras problemáticas. Em nossa análise, compreendemos em que medida mudanças latentes na política racial na Bahia contemporânea, especialmente no que diz respeito

à política racial protagonizada pela agência social coletiva do *movimento negro de sentido estrito*¹¹ (RUFINO, 1985; PEREIRA, 2009), são o pano de fundo nas constituições de culturas políticas distintas e propósitos estratégicos muitas vezes antagônicos entre os/as militantes do Núcleo Akofena.

É notório que, nos últimos 20 anos, a partir da política racial protagonizada por setores múltiplos do movimento negro, há uma mudança por parte do Estado no que consiste à adoção de instrumentos institucionais para enfrentar as desigualdades raciais no Brasil. Isto é, a própria cultura política racial brasileira passa por mudanças, tensões, cisões, disputas e (des)construções latentes. Sendo assim, o impacto político institucional da mobilização do movimento negro não pode ser avaliado apenas no plano de alterações na estrutura burocrática do Estado, mas também a partir de análises críticas sobre a implementação dessas políticas afirmativas.

É inserido nesse contexto histórico que, no estado da Bahia, a partir da ascensão no poder institucional dos governadores petistas, Jaques Wagner (2006 -2012) e com posterior sucessão do Governador petista Rui Costa (2012), observamos a consolidação de uma agência governamental que, desde seus primeiros mandatos, tem se afirmado discursivamente comprometida com a implementação de políticas de equidade racial e políticas afirmativas. Ou seja, temos um governo discursivamente alicerçado em princípios democráticos e ancorado na *escuta institucional* das demandas históricas dos movimentos sociais de base popular, como é o caso do movimento negro. Dentro desse contexto, nunca antes um governo na Bahia havia investido tanto orçamento em políticas públicas com um recorte étnico-racial, além de abarcar algumas das pautas disputadas historicamente pelos movimentos sociais negros. Foram, entre elas: políticas afirmativas, cotas raciais em universidades, televisão e, no mundo empresarial, programas estatais de “combate” à discriminação racial, e a criação de uma secretaria de promoção da igualdade racial (SEPROMI).

No entanto, no mesmo período de tempo em que o governo da Bahia investe frondosos recursos em dispositivos de promoção da igualdade racial, como por exemplo, a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado (SEPROMI), vemos a ramificação – na capital e interior baiano – de altos índices de violência letal que tem atingido de sobremaneira a juventude negra.

É também nesse contexto que, na última década, militantes negros/as oriundos de frações do *movimento negro em sentido estrito* da Bahia têm sido inseridos/as como gestores de dispositivos institucionais da engenharia governamental do PT na Bahia, sobretudo como prepostos de secretarias, Pró-Reitorias, grupos de pesquisa ligados a universidades, movimento estudantil e, até mesmo, na direção de colégios. Assim, integrados aos mais variados cabides de subempregos institucionais.

Essas mudanças na cultura política racial tiveram desdobramentos também em organizações negras estudantis, sobretudo em Núcleos de estudantes negros/as que se formaram em todo Brasil ao longo da primeira década do século XXI. Muitos desses Núcleos estudantis negros eram alinhados taticamente a setores/fracções do movimento social negro em sentido estrito, que formam base social das agendas de construção de oportunidades institucionais nos governos petistas, seja a nível Federal ou Estadual – como é o caso da Bahia.

Ao mesmo tempo, dentro dos núcleos de estudantes negros/as havia setores que denunciavam o mito da “promoção da igualdade racial” dentro de um contexto onde o genocídio negro alcançou cifras catastróficas. O núcleo Akofena e seus militantes foram formados politicamente dentro dessas fricções na política racial, de modo que no interior da organização formaram dois blocos/setores distintos, que compreendiam a ação do Núcleo Akofena de formas diferenciadas e muitas vezes antagônicas entre si.

Na minha Participação observante, pude triangular dois setores organizativos que agrupavam as diversidades político-ideológicas do Núcleo Akofena. O primeiro setor organizativo dentro do Núcleo Akofena era o agrupamento que defendia que a política racial protagonizada pelo coletivo deveria ser centrada em ações estritamente dentro das dinâmicas políticas da universidade. De acordo com esse setor, o principal objetivo estratégico de um núcleo estudantil de negros/as seria

11 Joel Rufino dos Santos (85) e Amauri Pereira (2019) compreendem que o Movimento negro de sentido estrito é o conjunto de entidades, seus respectivos militantes, bem como instâncias governamentais sob influência/coordenação de militantes negros/as que têm protagonizado processos de luta organizada contra o racismo estrutural da sociedade brasileira em variados campos de atuação política nas últimas quatro décadas.

a garantia/ampliação das políticas afirmativas, assim como defendiam que o principal método de “transformação” política seria a construção de condições para ascensão social de pessoas negras dentro da ordem racial dominante.

O segundo setor agrupado dentro do núcleo Akofena era constituído de pessoas negras que defendiam que núcleos de estudantes negros/as deveriam ser dispositivos táticos utilizados para direcionar recursos financeiros, logísticos e epistemológicos da universidade para construção de programas comunitários de enfrentamento às políticas de morte do Estado Genocida.

Foi esse último setor que aos poucos se desligou do núcleo Akofena e, posteriormente, espalhou-se pelas periferias da cidade através da construção de trabalho comunitário organizativo permanente nas comunidades diretamente atingidas pelas políticas de morte. Esse setor comunitário se consolida sobretudo no contexto da III Assembleia Geral do Núcleo Akofena, onde foi protagonista na construção do *I programa de ação do Núcleo Akofena*, um documento que visava conceituar os limites e as possibilidades de ação organizativa do coletivo fora dos muros da universidade.

Elegemos o trabalho comunitário como ação coletiva para autodefesa das comunidades negras socioracialmente segregadas: Entendemos como trabalho comunitário o conjunto de ações coletivas desenvolvidas por nós negra/os, com a possibilidade de colaboradores, em comunidades negras (urbanas e rurais) socioracialmente segregadas, comunidades essas, que tem seus membros sequestrada/os de forma massiva pelas instituições de encarceramento de negra/os (presídios, casas de correções para menores, hospícios, asilos), que são destituídas de direitos básicos primários, como acesso a luz, água, saneamento básico, educação, sistema de saúde de qualidade; e que são agredidas diretamente pelo terror racial da brutalidade policial; extermínio sistemático de seus jovens em idade produtiva, por agentes do estado em serviço, grupos de extermínio ou mesmo pela omissão do Estado. O trabalho Comunitário tem como fim/objetivo promover uma melhoria física, mental, intelectual, espiritual, cultural, política, econômica, tecnológica, ecológica, ética e material nas comunidades negras segregadas e arrasadas de forma mais direta pelo Genocídio Negro em curso (PROGRAMA DE AÇÃO AKOFENA, 2013, p. 2).

É esse setor de ação organizativa comunitária que elabora as principais contribuições teórico-organizativas no programa de ação do Núcleo. Bem como é desse setor/fracção comunitária que se desliga do Núcleo Akofena a partir de 2014, que emerge organizações negras centradas no que os próprios agentes têm chamado de trabalho comunitário organizativo. Ou seja, a construção permanente de metodologias políticas de ação direta multirreferenciada, que tem como objetivo estratégico construir condições históricas para edificação de territórios intracomunitários que proporcionem autonomia física, mental, intelectual, espiritual, cultural, política, econômica, tecnológica, ecológica, ética e material para pessoas pretas de comunidades sócio-racialmente segregadas e, arrasadas de forma mais direta pela guerra racial de alta intensidade no Brasil contemporâneo (FERREIRA, 2020). Nesse sentido, o *trabalho comunitário organizativo* tem sido o *modus operandi* por excelência do Cine do Povo e sua ampla rede de apoiadores no conjunto das ações comunitárias impulsionadas em comunidades negras (urbanas e rurais) sócio-racialmente segregadas.

Referências

AMPARO-ALVES, J. Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo.

Revista da ABPN, v.1, n. 3 – Nov. 2010 – fev. 2011, pp. 89-114, 2010.

ANZALDUÁ, Gloria (1987). **Bordlands/LA Frontera: The new mestiza**. San Francisco.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, pp. 93-110. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 4).

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Ed.3, Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. 2000. **Black Feminist Thought**. 2 ed. New York: Routledge.

CONCEIÇÃO, Felipe Ramos. **Perspectivas acerca de uma estratégia de enfrentamento ao genocídio no interior da Bahia: o Movimento Hip-Hop em Cachoeira no contexto da Antinegitude**. Monografia, UFRB, 2019.

DU BOIS, W.E.B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Trad. José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FIGUEIREIDO, Angela; GROSFUGUEL, Ramon. **Racismo a brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e negação do racismo no espaço universitário**. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009.

FISCHER, Marcus. J. **Da Antropologia Interpretativa à Antropologia Crítica**. Rio de Janeiro/Fortaleza. Anuário Antropológico/83, Tempo Brasileiro, Edições Universidade Federal do Ceará: 1985.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como auto**. Tradução Vera Ribeiro, ed.2. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2005.

GORDON, Lewis. 1997. **Her Majesty's Other Children: Sketches of Racism from a Neocolonial Age**. New York: Rowman and Littlefield.

GROSFUGUEL, Ramon. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo à esquerda transmoderna descolonial. In: **Dossiê Saberes Subalternos**, v.2, n.2, p.337-362. Jul-dez. 2012

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilegio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5) 1995: pp. 07-41.

LIMA, Ari. A Legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual? *Afro-Ásia: Revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA*, Salvador, n. 25-26, p. 281-312, 2001.

MARCUS, George. 2005. "The Passion of Anthropology, circa 2004". **Anthropological Quarterly** 78 (3): 673–95. Mills, Charles. 1998. Blackness Visible.

PIERRE, Jemina. Activist Groundings or Groundings for Activism? The Study of Racialization as a Site of Political Engagement. In: **Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship** / edited by Charles R. Hale. p. cm. — (Global, area, and international archive; 6) Includes bibliographical references and index, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais. Perspectivas latino americanas.** Edgar Lander (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005, o. 227-278.

SANTOS, Sales Augusto dos. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. In: **Revista Mosaico**, edição 5, ano III, Brasília, set. 2011.

VARGAS, J. C. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. **Revista da ABPN**, v.q, n. 2 – jul-out, pp. 31-65, 2010.

VARGAS, João H. Costa. Activist Scholarship: Limits and Possibilities in Times of Black Genocide. In: **Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship** / edited by Charles R. Hale. p. cm. — (Global, area, and international archive; 6) Includes bibliographical references and index, 2008.

VARGAS, João H. Costa. Gendered antiblackness and the impossible Brazilian project: Emerging critical black Brazilian studies. **Cultural Dynamics** 24(1) 3 –11, 2012

VARGAS. J. H. C. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Rev. Antropol.** vol.48 no.1 São Paulo Jan./June 2005

VARGAS, J. H. C. Activist Scholarship: Limits and Possibilities in Times of Black Genocide. In: **Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship** / edited by Charles R. Hale. p. cm. — (Global, area, and international archive; 6) Includes bibliographical references and index, 2008.

VARGAS, J. H. C. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. **Revista da ABPN**, v.q, n. 2 – jul-out, pp. 31-65, 2010.

VARGAS, Joao H. Costa. Gendered antiblackness and the Emerging critical black Brazilian studies. **Cultural dynamics**, 2012.

VARGAS. J. H. C. “Desidentificação”: A lógica de exclusão antinegra no Brasil. In - **Antinegritude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira/** organizado por Osmundo Pinho, João H. Costa Vargas – Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

VARGAS, J. H. C. Por uma mudança de paradigma: antinegritude e antagonismo estrutural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.48, n.2, p.83-105, jul/de\ 2017.

FERREIRA, F. A. S. **Breves apontamentos sobre a necropolítica racial na Bahia – Terrorismo de Estado, Racismo e Letalidade na Ação Policial (2006-2015).** Artigo no VII Seminário da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB: Raça, sexualidade e poder –Sujeitos violados e seus discursos. Cachoeira-Ba, 2017.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. **Sou Sem Terra, Sou Negro: Raça, Racismo e Política Racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Dissertação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Cachoeira - Bahia, 2015.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. Matança de jovens homens negros no Recôncavo Sul da Bahia. **Revista Akeko. Estudos Pós-coloniais e Decoloniais**, Volume 2, n.1. Rio de Janeiro, UFRB. Setembro de 2019.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. O estranho caso da esquerda que esqueceu Rafael Braga:

assimilação racial como tecnologia organizacional da esquerda branca no Brasil. In: **Coleção Pensamento Preto: Epistemologia do renascimento africano volume II**. União dos Coletivos Pan-africanistas. Editora Filhos da África, 2018.

Ferreira, Fred Aganju Santiago. **MAAFA: necropolítica racial no contexto do programa pacto pela vida da Bahia (2011-2018) - 2020**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia E Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais.

FERREIRA, Yedo. **Reparação histórica contraponto das ações afirmativas**. Ed. SINDSPREV/RJ. Rio de Janeiro, maio de 2010.

NETO, Manoel Alves de Araújo. **Experiências e Educação: Percepções Acerca da Formação intelectual de Mcs Negros/as do Recôncavo da Bahia**. Dissertação, UNEB, ano; 2019.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, 2 (3), 1989.

POLLAK, M. **Memória e Identidade social**. Estudos Históricos, 5 (10), 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: Cultura e Representação. **Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de História – PUC/SP**. Projeto História, n. 14. São Paulo: EDUC, fevereiro 1997, p. 25-39.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética e história oral. In: Ética e História Oral. **Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de História – PUC/SP**. Projeto História, n. 15. São Paulo: EDUC, abril 1997, p. 13-49.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

Recebido em 01 de março de 2023.

Aceito em 23 de maio de 2023.